

## Desvendando o nó: a imbricação de gênero, raça/etnia e classe na obra de Heleieth Saffioti<sup>1</sup>

Daniele Cordeiro Motta<sup>2</sup>

### Introdução

Esse texto busca trazer alguns elementos do pensamento da socióloga Heleieth Saffioti na compreensão das relações de gênero, raça/etnia e classe e nas suas conexões, a partir da sua teoria do nó. Para tanto é importante compreendermos também a defesa que a autora faz do patriarcado como categoria de análise para o entendimento das relações sociais, para entendermos a sua utilidade (ou não) nos dias de hoje.

Nos últimos anos, o debate em torno da relação entre desigualdade e diversidade ganhou visibilidade, sobretudo por conta dos questionamentos que ativistas dos movimentos Negro, Feminista e LGBT fizeram em torno das diferentes facetas da dominação na sociedade que vivemos, questionando o lugar que as desigualdades baseadas nas identidades ocupa. Nesse contexto, emergiram teorias para pensar as diferentes relações de poder, de forma a não hierarquizá-las levando em conta as diferentes relações sociais, de gênero, de raça, de classe, região, geração, sexualidade, etc. Tais questionamentos trouxeram novas análises sobre as relações de poder e as hierarquias sociais<sup>3</sup>.

As formas de hierarquias sociais há muito tempo acompanham a história da humanidade e estruturam a apropriação dos bens materiais produzidos e das técnicas de dominação políticas na garantia da manutenção de certos privilégios. No contexto atual vivemos um desafio teórico-político que se refere à forma de tratamento das questões relativas a diversidade e das suas relações com a desigualdade. Entendemos que diversidade se refere às expressões culturais, linguísticas, religiosas, etc.; enquanto que desigualdade se refere à quebra da regra de igualdade de tratamento e de oportunidades na esfera pública (Guimarães, 2012). Nesse sentido, é importante colocar que diversidade se respeita e desigualdade se combate. No momento em que se prega o respeito ao multiculturalismo e às diferenças, o debate da relação da diversidade com a desigualdade passou a ser um dos temas das Ciências Sociais contemporâneas. É nesse contexto que buscamos resgatar a contribuição de Heleieth Saffioti.

Nos últimos anos surgiram diversas políticas de combate à discriminação, de modo a assegurar o respeito à diversidade, o que demonstra o reconhecimento da heterogeneidade da população.

---

1 Esse texto é parte da reflexão feita em minha tese de doutorado, defendida em agosto de 2017 no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas e que está sendo aprofundada na nossa pesquisa de pós-doc. Cf. MOTTA 2017.

2 Pesquisadora de Pós doutorado vinculada ao Departamento de Sociologia da Unicamp.

3 Podemos indicar duas perspectivas de análise que surgiram a partir dessas reflexões: a da interseccionalidade, cunhada pela jurista estadunidense Kimberle Crenshaw; e a da consubstancialidade, cunhada pela socióloga francesa Daniele Kergoat.

Entretanto, cabe refletir se e até que ponto o debate em torno da diversidade e do respeito às diferenças oculta as desigualdades sociais existentes nas sociedades capitalistas.

A gênese e a operação das relações de exploração/dominação que englobam gênero, raça e classe precisam ser entendidas em cada contexto nacional, a partir das formações históricas. Isso quer dizer que tais processos têm interações e determinações múltiplas a depender de cada formação histórico-social. A intenção é discutir, com base nas contribuições teóricas de Saffioti, de que forma características raciais e de gênero operam como marcas sociais que hierarquizam posições e justificam a marginalização de grandes contingentes da população, seja do sistema de produção seja da estrutura de poder da sociedade brasileira (SAFFIOTI, 2013).

A análise articulada (das relações de gênero, raça e classe) revelou novos paradigmas para a teoria social, influenciando cada vez mais os estudos na área de gênero e raça, e as propostas de políticas públicas articuladas. Entender a imbricação das relações sociais, dos processos de diferenciação que levaram a desigualdades sociais estruturantes, traz luz para o entendimento das diversas reivindicações hoje em pauta nos diferentes movimentos sociais.

### **Patriarcado, Gênero e Raça**

Para refletirmos sobre a necessidade da análise articulada, resgataremos o pensamento de Heleieth Saffioti. Para tanto, uma importante questão para o entendimento do pensamento da autora refere-se ao patriarcado como categoria analítica. Esse debate, na teoria feminista, não foi acompanhado do fortalecimento da categoria do patriarcado como viés explicativo para a realidade vivida pelas mulheres. Desde a década de 1980, com a difusão do conceito de gênero que o termo patriarcado tem sido abandonado no campo de estudos feministas. De maneira geral, a noção de patriarcado passou a ser questionada, acusada de ser uma maneira universal de relações de gênero, e que, portanto, tratava de forma única as relações de poder entre homens e mulheres nos diferentes contextos e lugares. Dessa forma, o termo patriarcado passou a ser considerado por muitas teóricas como a-histórico e insuficiente para tratar das relações de gênero<sup>4</sup>.

Heleieth Saffioti é uma das teóricas do campo do feminismo que vai na contramão dessa tendência, pois ao mesmo tempo que absorve o conceito de gênero insiste na utilidade do patriarcado para análise das relações entre homens e mulheres. Em concordância com Saffioti, irei utilizá-lo como conceito explicativo para as relações de gênero, e suas articulações com raça e classe. Por isso, entendo

---

<sup>4</sup> Para o debate que se pretende com esse texto, não aprofundaremos na crítica ao patriarcado pois a intenção é colocar o debate feito por Heleieth Saffioti. Para conhecer uma análise sobre esse debate indicamos o texto de Lia Zanotta Machado (MACHADO, 2000).

que o patriarcado deve ser situado historicamente e pensado como uma forma específica de relações de gênero dentro de um sistema<sup>5</sup>. Segundo a autora:

Na base do julgamento do conceito como a-histórico reside a negação da historicidade do fato social. Isto equivale a afirmar que por trás desta crítica esconde-se a presunção de que todas as sociedades do passado mais próximo e do momento atual comportaram/comportam a subordinação das mulheres aos homens (SAFFIOTI, 2015, p. 111).

Para Saffioti (2015) o conceito de gênero não explicita, necessariamente, desigualdade entre homens e mulheres; assim como o patriarcado da forma como foi cunhado não pressupõe uma relação de exploração. Para a autora estas duas dimensões constituem faces de um mesmo processo de dominação-exploração ou exploração-dominação. Isso porque para Saffioti a dimensão econômica do patriarcado não repousa apenas na desigualdade salarial, ocupacional e na marginalização dos importantes papéis econômicos e políticos, mas inclui o controle da sexualidade e a capacidade reprodutiva das mulheres. Por isso, o abandono do uso do patriarcado é inconcebível e Saffioti argumenta da seguinte forma:

Por que se manter o nome patriarcado? Sistematizando e sintetizando o acima exposto, porque: 1) não se trata de uma relação privada, mas civil; 2) dá direitos sexuais aos homens sobre as mulheres, praticamente sem restrição. 3) configura um tipo hierárquico de relação, que invade todos os espaços da sociedade; 4) tem uma base material; 5) corporifica-se; 6) representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência (SAFFIOTI, 2015, p. 60).

A sistematização da autora coloca o patriarcado como uma importante perspectiva analítica, que parece ter uma dimensão específica ao ser analisado a partir da formação social brasileira. No pensamento social brasileiro um dos temas que bastante discutido entre muitos pensadores e pensadoras (Freyre, 2004; Fernandes 2008a, 2008b, 2010, 2006; Saffioti, 2015, 2013) foi o da funcionalidade da família patriarcal para a ordem social escravocrata. É apontado o papel do chefe de família, do pai para a manutenção das relações de poder durante a colonização. A forma de organização social mantinha as mulheres em uma situação social de subordinação, cumprindo papéis sociais a depender da posição que ocupavam na sociedade. A família patriarcal foi um dos aspectos da história brasileira importante para a reflexão dos lugares que mulheres brancas e negras ocupavam e ainda ocupam na sociedade, e também para o entendimento das heranças patriarcais no imaginário do

---

<sup>5</sup> Pensamos, tal qual Hamlin que a “própria utilidade do termo “patriarcado” foi questionada, em vez de simplesmente se questionar seu status de universalidade e tentar delimitar suas fronteiras históricas e culturais” (2008, p. 72).

povo brasileiro. Com isso o conceito de patriarcado tem uma especificidade no contexto brasileiro e deve ser incorporado nas análises que pensam ainda hoje as desigualdades de gênero, uma vez que o desenvolvimento capitalista no Brasil se deu impregnado da dominação patriarcal, e também com um caráter fortemente racista. Dessa forma, o racismo e a opressão de gênero são elementos estruturais de marginalização social e deve ser analisado junto ao processo de consolidação do capitalismo no Brasil.

A respeito do patriarcado na realidade brasileira, Saffioti o coloca como categoria fundamental para compreender o movimento histórico que conformou o capitalismo e nele a situação de desigualdade e opressão de gênero e raça. Já que é uma relação de dominação anterior à organização da sociedade em classes, ainda que tenha sofrido transformações que potencializou a exploração do sistema capitalista.

O fator racial é determinante para entender as consequências do patriarcado para as mulheres, pois às mulheres brancas das classes dominantes cabia a função de esposa e de mãe dos filhos legítimos, casavam bem cedo, saindo do poder do pai para o poder do marido; sendo que raramente era permitido que saíssem de casa, a não ser para ir à Igreja (SAFFIOTI, 2013). Segundo a autora, as mulheres que tentavam burlar a ordem patriarcal eram punidas com crueldade, e as possibilidades que as mulheres brancas tinham na família patriarcal eram poucas: ou o casamento ou a reclusão num convento (as idas para os conventos se davam muito mais pela atitude dos homens que pela vontade das mulheres).

Por outro lado, para as mulheres negras a família patriarcal teve outro caráter. As mulheres escravizadas tinham dois papéis importantes: no sistema produtivo e nos serviços sexuais que eram obrigadas a prestar, eram responsáveis pela satisfação sexual do senhor (SAFFIOTI, 2013). Essa é uma questão importante pois é a partir do abuso das mulheres negras que surgem muitos filhos bastardos dos senhores, e a miscigenação. A tão falada miscigenação como caráter nacional tem origem no abuso, no estupro das mulheres negras!

Sendo o patriarcado um sistema de dominação anterior ao capitalismo, ele se molda para coexistir e potencializar o processo de dominação/exploração. Essa relação é alterada conforme o contexto social e os processos de desenvolvimento e crise por qual passa o capitalismo desde sua gênese. Portanto, “não há de um lado dominação patriarcal e, de outro, a exploração capitalista, não existe um processo de dominação separado de outro de exploração” (SAFFIOTI, 2015, p. 138).

É importante destacar, entretanto que o patriarcado não é o único estruturador da sociedade, Saffioti trabalha com a ideia da fusão entre patriarcado-capitalismo, e junto delas o racismo. Concebe as diferentes origens dessas três relações sociais, mas aponta para a sua fusão e retroalimentação

O gênero, milênios anterior, historicamente, às classes sociais, se reconstrói, isto é, absorvido pela classe trabalhadora inglesa, no caso de Thompson, se reconstrói/constrói juntamente com uma nova maneira de articular relações de poder: as classes sociais. A gênese destas não é a mesma, nem se dá da mesma forma que a do gênero. (...) as classes sociais têm uma história muito mais curta que o gênero. Desta forma, as classes sociais são, desde sua gênese um fenômeno gendrado. Por sua vez, uma série de transformações no gênero são introduzidas pela emergência das classes. Para amarrar melhor esta questão, precisa-se juntar o racismo. O nó formado por estas três contradições apresenta uma qualidade distinta das determinações que o integram (SAFFIOTI, 2015, p. 122).

É olhando para o processo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, com um olhar afiado para as relações de gênero, que Saffioti propõe a conexão entre gênero, raça/etnia e classe; e avança na teorização sobre tal conexão, a partir da metáfora do nó.

### **A metáfora do Nó.**

A contribuição de Saffioti surge a partir de um histórico de estudos sobre a questão de gênero na sociedade brasileira e, por isso dialoga diretamente com a realidade da nossa formação histórica e nacional. Desde seu estudo sobre a “Mulher na sociedade de classes: mito e realidade” a autora já parecia entender a necessidade da reflexão articulada das relações de raça, classe e gênero, pois ainda que o foco fosse o estudo sobre a mulher, faz isso sem separar dos problemas gerais da sociedade (seja ela escravocrata ou capitalista) e como estuda a sociedade brasileira, se preocupa em situar as questões das mulheres negras. Por isso, entende-se aqui que desde fins da década de 1960, a reflexão de Saffioti já apontava para a articulação de categorias:

As determinações essenciais de cada formação econômico-social, configuradas do emprego da mão de obra em geral, acrescentam-se ainda as combinações que se estabelecem entre elas e os caracteres naturais dos indivíduos. A utilização social de caracteres raciais, assim como sexuais, permite dar aos fenômenos de natureza econômica, tais como o posicionamento dos indivíduos no sistema produtivo de bens e serviços, uma aparência inibidora da percepção de sua essência. Neste sentido, às determinações essenciais de cada uma das configurações estruturais histórico-sociais, fornecendo-lhes cobertura, isto é, a aparência necessária sob a qual se escondem os verdadeiros mecanismos de operação de cada modo específico de produção. Conquanto seja o fator *sexo* um critério menos conveniente que o fator *raça* para a conservação do domínio das camadas privilegiadas, constitui sempre um elemento pelo menos potencialmente discriminador e, portanto, estratificatório (SAFFIOTI, 2013, p. 328).

Mais adiante na sua caminhada intelectual a autora vai aperfeiçoar a ideia de modo a não hierarquizar fatores de sexo, raça e classe e desenvolver a ideia do nó entre classe, raça/etnia, gênero.

É observando os processos sociais brasileiros que amadurece a ideia do nó, com a perspectiva de não separação entre as noções de exploração/dominação.

Quando escreve seu livro “O Poder do Macho” em 1987 a ideia da fusão já aparece explicitamente, como patriarcado-racismo-capitalismo.

É impossível isolar a responsabilidade de cada um dos sistemas de dominação-exploração fundidos no patriarcado-racismo-capitalismo pelas discriminações diariamente praticadas contra as mulheres. De outra parte, convém notar que a referida simbiose não é harmônica, não é pacífica. Ao contrário, trata-se de uma unidade contraditória (SAFFIOTI, 1987, p. 62).

Dessa obra em diante, todos os textos da autora que tive a oportunidade de ler explicitam e enfatizam a necessidade da reflexão articulada das categorias, onde vai chegar na ideia da fusão a partir da metáfora do nó. A reflexão se situa no plano do entendimento da diferença enquanto processo de desigualdade, pois a autora ressalta a necessidade de frisar a conjuntura e a experiência, já que as ressalta como construções sociais (SAFFIOTI, 1994). Segundo a autora há que se levar em consideração não apenas uma contradição fundante, nas suas palavras:

A sociedade não comporta uma única contradição. Há três fundamentais, que devem ser consideradas: a de gênero, a de raça/etnia e a de classe. Com efeito, ao longo da história do patriarcado, este foi-se fundindo com o racismo e, posteriormente, com o capitalismo, regime no qual desabrocharam, na sua plenitude, as classes sociais (SAFFIOTI, 2000, p. 73).

Essa ideia é profundamente explorada no seu clássico livro “Gênero, Patriarcado e Violência”, onde a ideia do nó está mais madura. Essa concepção é fundamental para que possamos compreender os sujeitos. Uma vez que a autora considera um equívoco tratar a dominação na esfera da política e a exploração na esfera da economia, “não deveríamos buscar a primazia do sexo, da classe ou da raça, nem as isolar como estruturas separadas, já que elas se fundiram historicamente” (SAFFIOTI, 1992, p. 206).

O nó formado pelas três contradições não é uma somatória, mas uma imbricação dessas relações, que torna a análise complexa, segundo a autora

O nó formado por estas três contradições apresenta uma qualidade distinta das determinações que o integram. Não se trata de somar racismo + gênero + classe social, mas de perceber a realidade compósita e nova que resulta dessa fusão (...) Uma pessoa não é discriminada por ser mulher, trabalhadora e negra. Efetivamente, uma mulher não é duplamente discriminada, porque, além de mulher, é ainda uma trabalhadora assalariada. Ou, ainda, não é triplamente discriminada. Não se trata de variáveis, mas

sim de determinações, de qualidades, que tornam a situação destas mulheres muito mais complexa (SAFFIOTI, 2004, p.115).

A metáfora do nó é uma ferramenta analítica para pensarmos as conexões entre os marcadores sociais de diferença, pois segundo a autora “Não se trata do nó górdio nem apertado, mas do nó frouxo, deixando mobilidade para cada uma de suas componentes” (SAFFIOTI, 2015, p.133). Essa imagem do nó frouxo é bastante interessante, pois além de colocar as três relações como estruturantes ainda permite mobilidade entre essas, e mais do que isso, possibilita também que na análise das relações sociais, seja nítida a diferença na desigualdade. Isso porque ainda que a constituição das relações desiguais de raça, classe e gênero sejam estruturantes na sociedade brasileira atual, elas perpassam outras formas de diferenciação, que se entrecruzam com essas, como linhas que passam entre esse nó frouxo, como: a idade, sexualidade, religiosidade, nacionalidade.

Além disso, a ideia do nó auxilia a entender os processos sociais em suas dimensões micro e macro, pois aponta o emaranhado dos processos macrosociais, nas estruturas históricas nas quais elas se criaram e se consolidaram, e permite também a observação dessas perspectivas nas identidades e na resistência dos sujeitos, percebendo a agência a partir das suas vivências pessoais e interações sociais, nas suas relações dinâmicas. Essa perspectiva de análise, a partir da ideia do nó, pretende evitar hierarquizações entre essas relações (SAFFIOTI, 2015).

Os processos de diferenciação como construções sociais, ressaltam a particularidade da sociedade racista, sexista e classista no Brasil para uma apreensão da fusão entre gênero, raça e classe na análise do campo de pesquisa realizado. Isso porque o caráter da sociedade escravista, da abolição e o apelo à miscigenação trazem elementos específicos para pensarmos tais relações. Dessa forma, será utilizada como ferramenta de análise a perspectiva da Saffioti. Entende-se que a ideia do nó frouxo proposto por Saffioti é a que melhor permite a utilização das relações de gênero, raça e classe e a inclusão de outras formas de diferenciação (que não são fundantes, mas não deixam de ser relevantes e interferirem nas relações). Na verdade, elas aparecem na análise porque estão presentes na realidade e esse é o movimento que deve acontecer para tratar dos processos de diferenciação juntamente com a produção de desigualdades.

A análise deve partir das estruturas históricas e das formas como cada nação consolidou suas relações sociais e seus espaços institucionalizados. As estruturas que se consolidaram no Brasil colocaram gênero, raça e classe como articulações macro, fundantes, que determinam as relações sociais. É importante colocar, entretanto, que se as relações sociais são dinâmicas, podem aparecer em contextos micros outras formas de diferenciações sociais que se articulam com as desigualdades de

gênero, raça e classe. A teoria do nó de Saffioti (com a ideia do nó frouxo) parece uma interessante maneira de articular as relações estruturais com as contextuais.

A questão que está colocada é a relação entre diferença e desigualdade; diferença pode se tornar desigualdade a depender do contexto em que se coloca, e pensando o mundo de hoje, podemos concluir que as relações de gênero e de raça se consolidaram como eixos de diferenciação que promoveram exclusões e se tornaram, dessa forma, desigualdades.

O momento político atual tem demonstrado a relevância da perspectiva do nó, o acirramento em torno da questão da diversidade, com inúmeros ataques as conquistas políticas nesse campo situam a necessidade do olhar articulado para o entendimento dessas relações. Desde o fechamento da secretaria de políticas para as mulheres (SPM) e da secretaria de políticas promoção à igualdade racial (SEPPPIR), até as censuras que as artes vinculadas à temática LGBT vêm sofrendo<sup>6</sup>. Assistimos ainda um retrocesso no debate de gênero, com projetos políticos que ganham força em âmbito nacional, como o “Escola sem Partido”, e projetos que pedem o fim da “ideologia de gênero”, proibindo o debate sobre as relações de gênero e da diversidade sexual nas escolas. Esse cenário demonstra que os avanços no tratamento da questão da diversidade são acompanhados de forte reação; revelando a necessidade do entendimento dessas questões desde a formação social (compreendendo as origens e o processo de formação das desigualdades) até os dias atuais.

### **Referências Bibliográficas:**

CRENSHAW, Kimberle. Documentos para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, ano 10, 2002.

FERNANDES, Florestan. *Circuito Fechado: quatro ensaios sobre o “poder institucional”*. São Paulo: Globo, 2010 (1ª Ed. 1976).

\_\_\_\_\_. *A Integração do negro na sociedade de classes: o legado da raça branca*, Vol. I. 5ª Ed. São Paulo: Globo, 2008A (1ª Ed. 1965).

\_\_\_\_\_. *A integração do negro na sociedade de classes: no limiar da nova era*, Vol. II Ed. São Paulo: Globo, 2008B (1ª Ed. 1965).

\_\_\_\_\_. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Florestan Fernandes. 5ª Ed. São Paulo: Globo, 2006 (1ª edição: 1975).

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: 49ª edição, 2004 (1ª edição: 1933).

---

<sup>6</sup> Recentemente podemos citar alguns casos que tiveram bastante repercussão na mídia: o cancelamento da exposição Queermuseu – Cartografias da Diferença na Arte, ao ser alvo de críticas de caráter homofóbico; e a proibição (por decisão judicial, que considerou que a obra desrespeita a religião), na cidade de Jundiá, da peça de teatro “O Evangelho Segundo Jesus, Rainha do Céu”, protagonizada por uma atriz transexual.



GUIMARÃES, Antonio Sergio Alfredo. Desigualdade e diversidade: os sentidos contrários da ação. In: Cidadania, um projeto em construção: minorias, justiça e direitos. André Botelho e Lilia Moritz Schwarcz (orgs.) - 1ª edição, São Paulo: Claro Enigma, 2012.

HAMLIM, Cynthia Lins. Ontologia e gênero: o realismo crítico e o método das explicações contrastivas. In Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 23, p. 71-81, 2008.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: Dicionário crítico do feminismo. HIRATA, H. *et al* (orgs). São Paulo: Editora UNESP, 2009.

LOBO, Elisabeth (1992), “ O Trabalho como Linguagem: o Gênero do Trabalho”. In: COSTA, Albertina e BRUSCHINI, Cristina (orgs.), Uma Questão de Gênero, São Paulo, Fundação Carlos Chagas e Editora Rosa dos Tempos.

MACHADO, Lia Zanotta. Perspectivas em confronto: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo? In: Sociedade Brasileira de Sociologia (Ed.) Simpósio Relações de Gênero ou Patriarcado Contemporâneo, 52ª Reunião Brasileira para o Progresso da Ciência. Brasília: SBP, 2000. Disponível em: [http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1399953465\\_ARQUIVO\\_textoANPUH.pdf](http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1399953465_ARQUIVO_textoANPUH.pdf)

SAFFIOTI, Heleieth. Iara. Bongiovani. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, A. O. ; BRUSCHINI, C. (Orgs), *Uma questão de gênero*. São Paulo: Rosa dos Tempos Editora e Fundação Carlos Chagas, 1992.

\_\_\_\_\_. Gênero, patriarcado e violência. 2ª edição, São Paulo: Expressão popular: fundação Perseu Abramo, 2015 (1ª edição 2004).

\_\_\_\_\_. Diferença ou indiferença: gênero, raça/etnia e classe social – Saffioti. In: A sociologia entre a modernidade e a contemporaneidade. Sergio Adorno (org.) (p. 159-165), 1993.

\_\_\_\_\_. A mulher na sociedade de classes: mito e realidade. Heleieth Saffioti. 3ª edição. Editora expressão popular, São Paulo, 2013 (1ª edição 1969).

\_\_\_\_\_. Pós-fácio: Conceituando Gênero. (p. 271-). In: Mulher Brasileira é assim. Heleieth Saffioti e Monica Muñoz-Vargas (orgs). Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos: NIPAS; Brasília, D.F.: UNICEF, 1994.

\_\_\_\_\_. O poder do macho. São Paulo: Moderna, 1987.

\_\_\_\_\_. Quem tem medo dos esquemas patriarcais de pensamento? Crítica Marxista, São Paulo, Boitempo, v.1, n. 11, 2000, p. 71-75.

MOTTA, Daniele. Desvendando o nó: a experiência de auto-organização das mulheres catadoras de materiais recicláveis do Estado de São Paulo. Tese de Doutorado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Unicamp. Campinas, 2017.